

Análise de Contingências em Leis e Documentos: Contribuições de João Claudio Todorov

Analysis of Contingencies in Laws and Documents: Contributions by João Claudio Todorov

 ALESSANDRA ROCHA DE ALBUQUERQUE¹

¹UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

 ROBERTA FREITAS LEMOS²

² FRALIN BIOMEDICAL RESEARCH INSTITUTE AT VIRGINIA TECH CARILION

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar as contribuições de João Claudio Todorov para o campo da análise de práticas sociais e culturais a partir da análise de leis e documentos. Leis são instrumentos de controle que descrevem contingências na medida em que especificam comportamentos individuais e suas consequências. Adicionalmente, leis descrevem inter-relações entre comportamentos de diferentes indivíduos e consequências selecionadoras deste conjunto de comportamentos. Desse modo, leis também descrevem metacontingências. O primeiro artigo interpretativo de leis publicado por Todorov, com base no conceito de metacontingência, analisou a Assembleia Constituinte. Posteriormente, ao analisar o Estatuto da Criança e do Adolescente, Todorov propôs um método sistemático de análise de leis, o qual foi posteriormente ampliado para analisar o processo de elaboração de uma lei. A identificação das contingências e metacontingências descritas em leis e normas infralegais foi também o ponto de partida para analisar a aplicabilidade e efetividade de leis, bem como para a implementação de uma ação intersetorial. O método proposto por Todorov foi utilizado por outros pesquisadores brasileiros para análise de diferentes instrumentos legais. Por fim, aponta-se para possibilidade de uso de sua proposta por agentes legais no âmbito dos três poderes.

Palavras-chave: Leis, contingência, metacontingência, práticas culturais.

Abstract

The present review aimed to describe the contributions of João Claudio Todorov to the study of social behavior and cultural practices through the analysis of laws and related documents. Laws are instruments of control that describe contingencies as they specify individual behaviors and their consequences. Additionally, laws describe interrelationships between behaviors of different individuals and consequences that select this set of behaviors. Thus, laws also describe metacontingencies. The first interpretative article on laws published by Todorov, based on the concept of metacontingency, analyzed the Constituent Assembly. Later, when analyzing the Statute of Children and Adolescents, Todorov proposed a systematic method to analyze laws, which was later expanded to analyze the legislative process of a bill. The identification of contingencies and metacontingencies described in laws and infra-legal norms was also the starting point for analyzing the applicability and effectiveness of laws, as well as for the implementation of an intersectoral action. The method proposed by Todorov was used by other Brazilian researchers to analyze different legal instruments. Finally, we highlight the utility of this method by legal agents within the scope of the three branches: legislative, executive and judicial.

Keywords: Laws, contingency, metacontingency, cultural practices.

✉ arocha@p.ucb.br

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V18I1.12694](http://dx.doi.org/10.18542/REBAC.V18I1.12694)

Escrever sobre João Claudio Todorov e uma parcela de sua contribuição para a psicologia não é tarefa fácil, por diferentes motivos, a começar pelo seu tempo de contribuição à área. Se considerarmos que seu primeiro artigo data de 1965 e alguns outros manuscritos estão submetidos e aguardam por pareceres, pode-se falar de aproximadamente 60 anos. Ao longo dessas seis décadas, Todorov publicou mais de uma centena de artigos científicos e outros tantos de divulgação; orientou dezenas de alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica; fundou e foi editor de importantes revistas na área. Auxiliou na instituição de associações científicas e profissionais, como a Sociedade Brasileira de Psicologia e o Conselho Regional de Psicologia da 1ª. Região. Entre os anos de 1993 e 1997 foi reitor da UnB, instituição que ajudou a construir, ainda como um jovem pesquisador, atuando em uma jovem universidade, na nova capital do país.

Concluído o mandato como reitor, o professor Todorov assumiu outros importantes cargos na gestão pública, fora da UnB. Nesse mesmo período, já aposentado pela UnB, contribuiu com a consolidação de grupos de pesquisa em outros estados e com a criação de um novo curso de Psicologia em Brasília.

Quando parecia, em decorrência de sua aposentadoria e de seu envolvimento com outras instituições, que sua carreira na UnB havia chegado ao fim, Todorov voltou a atuar como pesquisador associado nesta universidade. Nesse período, após a aposentadoria, orientou 48% das dissertações de mestrado e 67% das teses de doutorado que constam em seu currículo. Além da grande concentração de orientações nesse período, chama atenção, também, a ampliação temática e metodológica de suas pesquisas. Antes concentradas principalmente na investigação de processos básicos (e.g., escolha e quantificação da lei do efeito), por meio de estudos experimentais com animais não humanos, estas passam a ter a cultura como tema de interesse e envolvem a realização de estudos experimentais, conceituais e aplicados. Mais de 60% das orientações concluídas nesse período relacionam-se a esse tema, bem como muitos dos seus artigos e capítulos de livros.

Foi na UnB que ambas as autoras deste artigo conheceram e foram supervisionadas pelo “professor Todorov”. Alessandra Rocha de Albuquerque teve seu primeiro contato com o professor em 1993. Recém aprovada no mestrado em Psicologia na UnB, teve a honra de tê-lo designado como seu orientador. Essa relação orientanda-orientador, contudo, durou poucos meses, pois as demandas da reitoria se sobrepuseram às de pesquisador e professor, o que o obrigou a dedicar-se inteiramente à reitoria. Roberta Freitas Lemos iniciou seu contato com o professor Todorov em 2013, quando propôs analisar a Constituição Federal como seu projeto de pesquisa de doutorado. No desenrolar da orientação, o projeto mudou, mas a análise de leis e normas infralegais foi parte fundamental para a proposta que foi concretizada. Em 2018, por sugestão do professor, Roberta convidou Alessandra para participar como avaliadora de sua banca de defesa.

Nos últimos anos, ambas auxiliaram o professor na orientação de alunos de iniciação científica, atividade que ele mantinha com grande satisfação, em projetos relacionados à análise de leis. Alessandra colaborou com a análise da Lei Maria da Penha, que terminou sendo um de seus últimos artigos publicados (Todorov et al., 2021). Roberta colaborou para projetos que utilizaram o método para análise da legislação relacionada ao Programa Segundo Tempo e ao Mediotec.

Contingências, metacontingências e leis

Quando eu vi o artigo da Sigrid, vi logo que a constituição que estava sendo discutida, podia ser vista em termos de contingência e metacontingência. Isso foi coisa minha, ninguém tinha feito nada parecido. Foi dedução básica. Se a lei é feita para controlar o comportamento, como ela vai controlar? Ela vai ter que descrever contingências e metacontingências. (Todorov em 07-07-2020 durante entrevista para a segunda autora).

A Análise do Comportamento tem como objeto de estudo o comportamento, que é compreendido como a relação entre o organismo e o ambiente (Skinner, 1938, 1953; Todorov, 2007). A investigação dessas relações é realizada a partir da análise de contingências.

Contingências descrevem "uma relação condicional entre uma classe de respostas, ou tipo de comportamento, e consequências que advêm da ocorrência desse comportamento" (Todorov, 1987, p. 10), sendo a contingência tríplice comumente tomada como a unidade básica de análise do comportamento.

Uma contingência tríplice específica (1) uma situação presente ou antecedente que pode ser descrita em termos de estímulos chamados discriminativos pela função controladora que exercem sobre o comportamento; (2) algum comportamento do indivíduo, que se emitido na presença de tais estímulos discriminativos tem como consequência; (3) alguma alteração no ambiente, que não ocorreria (a) se tal comportamento fosse emitido na ausência dos referidos estímulos discriminativos ou (b) se o comportamento não ocorresse (Todorov, 1985, p. 75).

Estas consequências atuam seletivamente sobre os comportamentos que as produzem. Deste modo, diz-se que contingência é a unidade de análise que descreve a relação funcional no nível operante (Glenn, 1986; Glenn et al., 2016; Todorov, 1987).

Partindo do conceito de contingência tríplice, Glenn (1986), no artigo "Metacontingências em Walden Dois", propõe outro tipo de contingência, a *metacontingência*, a qual descreve relações entre contingências comportamentais entrelaçadas e uma consequência cultural e que deve ser tomada como a unidade de análise de fenômenos culturais.

Metacontingência é uma relação condicional entre a colaboração de pelo menos duas pessoas (contingências comportamentais entrelaçadas) que resulta em determinado produto e alguma consequência programada por um ambiente cultural selecionador [...] consiste em contingências individuais entrelaçadas, que produzem um mesmo efeito e levam a uma mesma consequência (Lamal & Greenspoon, 1992). No caso das práticas culturais, o agente a ser selecionado é o efeito (Produto Agregado) produzido pela prática (as contingências comportamentais interligadas) [...] Há uma ênfase no processo seletivo do entrelaçamento de muitos operantes e, consequentemente, na transmissão de padrões comportamentais através do tempo, reforçando também a ideia de que a unidade de análise pode ser a relação entre o entrelaçamento e o produto agregado (Todorov, 2019, Comentários do Dr. João Cláudio Todorov, parágrafo 3).

A introdução do conceito de metacontingência marca um novo momento de estudos sobre fenômenos culturais pela Análise do Comportamento, na medida em que esse, como uma unidade de análise específica para o estudo de fenômenos culturais, contribuiu para impulsionar e instrumentalizar pesquisas sobre tais fenômenos (Albuquerque et al., 2021). Fenômenos culturais eram originalmente abordados como variáveis independentes (Skinner, 1953, 1961, 1971, 1974) e, neste sentido, como contexto e determinante de comportamentos. Posteriormente, princípios comportamentais passam a ser utilizados na compreensão de processos sociais e culturais (Todorov et al., 2004a, 2004b). Especialmente a partir da definição do conceito de metacontingência, a cultura e fenômenos culturais passam a ser abordados como variáveis dependentes e, nesse sentido, como objeto de estudo da Análise do Comportamento (Andery, 2011).

No final da década de 80, a confluência do contato com o recém publicado artigo de Glenn (1986), no qual o conceito de metacontingência é proposto, e seu envolvimento político com os rumos da Assembleia Nacional Constituinte marca o início do trabalho de Todorov com análise de leis. Em 1987, ele publicou o primeiro artigo interpretativo de um processo cultural baseado no conceito de metacontingência, no qual abordou a Constituição de 1988 como metacontingência (Albuquerque et al., 2021). Nesse artigo (Todorov, 1987), o conceito de contingência é didaticamente retomado, desde a unidade de dois termos até contingências de cinco termos e metacontingência, evidenciando a utilidade do mesmo não apenas para a compreensão de fenômenos mais simples, como também de fenômenos complexos, incluindo leis e a própria Constituição.

Leis descrevem relações condicionais entre comportamento e ambiente e são instrumentos de controle do comportamento, na medida em que visam modificar, estabelecer ou regular práticas culturais (Skinner, 1953; Todorov, 2012).

Com maior frequência, leis estabelecem consequências punitivas e visam controlar o comportamento a ser punido [...] Algumas leis visam incentivar comportamentos desejáveis, do ponto de vista de quem redige a lei, e prescrevem consequências positivas para tais comportamentos [...] Em outros casos é a ausência de certos

comportamentos que é punida ou recompensada, como a omissão de socorro e a poupança voluntária, respectivamente (Todorov, 1987, p. 9).

Leis, contudo, envolvem mais do que a descrição de contingências isoladas, descrevem um conjunto de ações ou cadeias comportamentais de diferentes pessoas e, nesse sentido, o conceito de metacontingência ajuda a compreender os entrelaçamentos previstos (Todorov & Freitas Lemos, 2020).

Pode-se considerar, desse modo, que o artigo de 1987 é o marco inicial de uma linha de pesquisa interpretativa sobre análise de contingências e metacontingências em leis e documentos que resultou em um importante conjunto de estudos sintetizados nas Tabelas 1 e 2. A Tabela 1 apresenta os artigos ($N=8$) e capítulos de livro ($N=8$) de autoria de Todorov e colaboradores; a Tabela 2 lista as dissertações ($N=5$) e teses ($N=3$) sobre o tema por ele orientadas. Todos os estudos, à exceção do de Freitas Lemos (2018) e Freitas Lemos e Todorov (2020), são de natureza documental, teórica e interpretativa.

O conjunto de estudos apresentados nas tabelas podem ser agrupados em quatro diferentes subgrupos, a depender dos seus objetivos: 1) identificação de contingências e/ou metacontingências em leis (Bernardes et al., 2020; Carvalho, 2013; Carvalho & Todorov, 2017, 2020; Casalecchi et al., 2020; Ferreira et al., 2020; Oliveira, 2018; Silva, 2008; Todorov, 1987; Todorov et al., 2004a, 2004b; Todorov & Freitas Lemos, 2020; Todorov et al., 2021); 2) análise da aplicação e/ou efetividade da lei (Machado, 2007; Machado & Todorov, 2008, 2017; Pereira, 2006; Prudêncio, 2006; Todorov, 2005); 3) análise do processo de formulação/tramitação da lei (Cabral, 2014; Cabral & Todorov, 2016, 2020) e; 4) intervenção a partir de análise em termos de contingências, metacontingências e macrocontingências (Freitas Lemos, 2018; Freitas Lemos & Todorov, 2020).

Tabela 1

Publicações sobre Análise de Leis e/ou Documentos

Ano	Referência	Documento Analisado	Unidade de Análise	Natureza do Estudo	Objetivo
1987 (A)	Todorov (1987)	Constituição	Metacont.	Teórico Interpretativo	Analisar a Assembleia Constituinte a partir do conceito de metacontingência
2004 (C)	Todorov et al. (2004a)	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Identificar contingências e metacontingências no ECA e apresentar uma metodologia para análise de leis
2004 (C)	Todorov et al. (2004b)	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Identificar contingências e metacontingências no ECA e apresentar uma metodologia para análise de leis
2005 (A)	Todorov (2005)	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Ilustrar o uso do conceito de metacontingência na análise de um caso de adolescente infrator com base no ECA apontando falhas na lei e sua aplicação.

2008 (A)	Machado & Todorov ¹ (2008)	Mídia impressa, documentos (projeto, atas) do Fórum Permanente pela Paz no Trânsito, documentos de educação no trânsito (DETRAN)	Metacont. Macrocont.	Teórico Interpretativo Documental Campo Exploratório	Identificar, analisar e interpretar contingências e metacontingências promotoras de nova prática cultural (preferência para pedestre na faixa)
2016 (A)	Cabral & Todorov ² (2016)	<u>Processo</u> legislativo da Lei 12433/2011 e diferentes projetos de lei	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar as contingências e metacontingências envolvidas no processo legislativo da Lei 12.433/2011
2017 (A)	Carvalho & Todorov ³ (2017)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental Exploratório	Analisar as contingências e metacontingências contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
2017 (A)	Machado & Todorov ¹ (2017)	Mídia impressa	-	Teórico Interpretativo	Identificar, analisar e interpretar contingências e metacontingências promotoras de nova prática cultural (preferência para pedestre na faixa)
2020 (C)	Ferreira et al. (2020)	Diretrizes e portarias que regem os Programas Segundo Tempo (PST) e Profesp do Ministério do Esporte	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Identificar potenciais relações condicionais do PST/Profest que possam aumentar a frequência escolar dos jovens
2020 (C)	Bernardes et al. (2020)	Regulamentações do programa de capacitação profissional Mediotec	Cont. Metacont. Macrocont.	Teórico Interpretativo Documental	Identificar potenciais relações condicionais do Mediotec que possam aumentar a frequência escolar dos jovens
2020 (C)	Cabral & Todorov ² (2020)	Processo legislativo da Lei 12433/2011 e diferentes projetos de lei	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar as contingências e metacontingências envolvidas no processo legislativo da Lei 12.433/2011
2020 (C)	Casalecchi et al. (2020)	Lei 11.340/2006 - Lei Maria de Penha	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar as contingências e metacontingências presentes na Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha
2020 (C)	Carvalho & Todorov ³ (2020)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar as contingências e metacontingências contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB

2020 (C)	Todorov & Freitas Lemos (2020)	Diversos	Cont. Metacont. Macrocont.	Teórico Interpretativo	Contribuir com a promoção de mudanças sociais em larga escala a partir do aporte da Análise do Comportamento
2020 (A)	Freitas Lemos & Todorov ⁴ (2020)	Leis e documentos infralegais que descrevem as regras do Programa Bolsa Família e da Aprendizagem Profissional	Cont.	Aplicado Experimento	Promoção de ação intersetorial para combater a pobreza e a exclusão social
2021 (A)	Todorov et al. (2021)	Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha	Cont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisou contingências na Lei 11.340/2006 com foco nos seus objetivos e no papel da família e sociedade na proteção da mulher

Nota. As letras (A) e (C), na primeira coluna, referem-se a artigo (A) ou capítulo de livro (C). Os números sobrescritos 1, 2, 3 e 4 indicam que o artigo/capítulo é derivado de uma dissertação ou tese. Os mesmos números são usados nas dissertações e teses correspondentes (Tabela 2).

Tabela 2

Teses e Dissertações Orientadas Envolvendo Análise de Leis e/ou Documentos

Ano Produto	Referência	Documento Analisado	Unidade de Análise	Natureza do Estudo	Objetivo
2006 (D)	Pereira (2006)	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar a correspondência entre a lei estatutária e os comportamentos dos aplicadores do direito e executores da lei
2006 (D)	Prudêncio (2006)	Processos de Infração de Adolescente registrados na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal	Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar o controle do ECA sobre práticas jurídicas em processos de infração de adolescentes com base no conceito de metacontingência
2007 (D)	Machado ¹ (2007)	Mídia impressa, documentos (projeto, atas) do Fórum Permanente pela Paz no Trânsito, documentos de educação no trânsito (DETRAN)	Metacont. Macrocont.	Teórico Interpretativo Documental Campo Exploratório	Identificar, analisar e interpretar contingências e metacontingências promotoras de nova prática cultural (preferência para pedestre na faixa)
2008 (T)	Silva (2008)	Diversos de uma cooperativa de reciclagem de lixo: Estatuto Social, Regimento Interno, Atas, Relatórios	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental Campo Exploratório	Descrever a evolução de práticas culturais em uma cooperativa de reciclagem de lixo reciclável
2013 (D)	Carvalho ^{3,5} (2013)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental Exploratório	Analisar as contingências e metacontingências contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
2014 (D)	Cabral ² (2014)	Processo legislativo da Lei 12433/2011 e diferentes projetos de lei	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar as contingências e metacontingências envolvidas no processo legislativo da Lei 12.433/2011

2018 (T)	Oliveira (2018)	Documentos de divulgação (panfletos e notícias) e oficiais (Lei no 9.433/97; Lei Municipal de Extrema no. 2.100/05; Decreto no. 2.409/10; manuais de operação e editais) de dois projetos de conservação de recursos hídricos: Conservador das Águas (CA) e Produtor de Água (PA)	Cont. Metacont.	Teórico Interpretativo Documental	Analisar contingências e metacontingências para gestão e implementação dos programas CA e PA
2018 (T)	Freitas Lemos ⁴ (2018)	Leis e documentos infralegais que descrevem regras do Programa Bolsa Família e da Aprendizagem Profissional	Metacont. Macrocont.	Aplicado Experimento	Contribuir com a promoção de mudanças sociais em larga escala a partir do aporte da Análise do Comportamento

Nota. As letras (D) e (T), na primeira coluna, referem-se a dissertação de mestrado (D) ou tese de doutorado (T). Os números sobrescritos 1, 2, 3 e 4 indicam que a dissertação/tese foi publicada como artigo ou capítulo de livro. Os mesmos números são usados no artigo ou capítulo (Tabela 1) correspondente à dissertação/tese indicando a relação entre estes. A dissertação destacada com o número 5 foi co-orientada por Todorov.

Dentre os estudos do primeiro subgrupo, com foco na identificação de contingências e/ou metacontingências em códigos de leis (Bernardes et al., 2020; Carvalho, 2013; Carvalho & Todorov, 2017; Carvalho & Todorov, 2020; Casalecchi et al., 2020; Ferreira et al., 2020; Oliveira, 2018; Silva, 2008; Todorov et al., 2021; Todorov et al., 2004a, 2004b), diferentes documentos foram analisados: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

A análise sistemática desses documentos por vezes foi o ponto de partida para os estudos do segundo subgrupo, com foco na análise da aplicação e/ou efetividade da lei (Machado, 2007; Machado & Todorov, 2008; Pereira, 2006; Prudêncio, 2006; Todorov, 2005). Por exemplo, a partir da análise do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como metacontingência, e da descrição sistemática das contingências tríplexes descritas neste documento e seus entrelaçamentos (Todorov et al., 2004a, 2004b), Pereira (2006) e Prudêncio (2006) analisaram em que medida o ECA efetivamente nortearia práticas e decisões jurídicas em processos de infração de adolescentes. A análise de Prudêncio (2006) evidenciou que 47,2% das contingências descritas no ECA eram incompletas, bem como o número de processos irregulares (especialmente em relação ao cumprimento de prazos) era superior ao de regulares. Esse resultado corroborou a sugestão de Todorov et al. (2004a, 2004b), baseada na constatação do predomínio de contingências descritas de forma incompleta no ECA, de que essas incompletudes podem gerar incertezas em relação ao comportamento esperado de cada agente envolvido na garantia da proteção de crianças e adolescentes.

No terceiro subgrupo, Cabral (2014) e Cabral e Todorov (2016, 2020) ampliaram o escopo de estudos anteriores, que analisaram leis já sancionadas, ao analisarem o processo legislativo envolvido na elaboração de uma lei. O processo analisado foi da Lei 12.433/2011 de execução penal, o qual foi descrito em termos de contingências e metacontingências.

Por fim, o quarto subgrupo de estudos, inclui a tese de doutorado de Freitas Lemos (2018) e o artigo decorrente (Freitas Lemos & Todorov, 2020). Esse estudo se diferencia dos demais por ser um experimento de natureza aplicada. O objetivo geral foi observar os efeitos da implementação de uma ação intersetorial em âmbito local no aumento da frequência escolar de adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A intervenção foi implementada em seis municípios do estado de São Paulo em um delineamento de linha de base múltipla. A análise das contingências e metacontingências presentes nas leis foi imprescindível para o desenvolvimento da intervenção em dois momentos: 1) na busca de relações condicionais complementares em programas sociais e 2) na identificação de agentes locais que poderiam implementar a intervenção. No primeiro momento, observou-se que a Aprendizagem Profissional previa a exigência da frequência escolar para efetivação do contrato de aprendiz entre empresa e jovem. Por esse motivo, a Aprendizagem Profissional tinha o potencial de aumentar o número de jovens em cumprimento da

condicionalidade do Programa Bolsa Família (PBF) (pelo menos 75% de frequência escolar mensal), se direcionada aos adolescentes de famílias beneficiárias desse programa. Em um segundo momento, a análise das contingências envolvidas nas leis e normas infralegais ajudou a identificar a Auditoria Fiscal do Trabalho, o Sistema S e a Assistência Social como os agentes competentes para redirecionar a Aprendizagem Profissional para beneficiários do PBF em descumprimento da condicionalidade. Como resultado, foi proposta uma ação intersetorial envolvendo os três agentes em cada município.

Uma proposta metodológica de análise de contingências e metacontingências em leis

Aquela minha publicação não teve efeito nenhum durante mais de dez anos. Levou uns 12 ou 15 anos para as pessoas perceberem que ela existia. (Todorov em 07-07-2020 durante entrevista para a segunda autora sobre o artigo de 1987).

Apesar da primeira publicação de Todorov (1987) na qual uma lei, no caso a Lei Maior, foi analisada sob a perspectiva da Análise do Comportamento e, mais especificamente com base na análise de contingências e metacontingências descritas nesse documento, essa primeira análise foi interpretativa e assistemática. Dezessete anos depois, sem que outras análises semelhantes fossem publicadas, Todorov et al. (2004a, 2004b) apresentaram uma proposta metodológica de análise sistemática de tríplexes contingências em leis. Depois da proposta inicial, duas extensões metodológicas foram publicadas. A primeira por Carvalho (2013), que incluiu a busca por leis correlatas a fim de identificar todos os termos da tríplex contingência e os comportamentos entrelaçados e produtos agregados. A segunda extensão metodológica foi sistematizada por Cabral (2014) que identificou contingências e metacontingências no processo de tramitação de uma lei no Congresso Nacional.

A proposta para análise de uma lei envolve as seguintes etapas:

- 1) Identificar a versão atual de uma lei para leitura dos artigos na ordem em que estão dispostos (Todorov et al., 2004a, 2004b)
 - a) Análise de contingências
 - i) Identificar um dos termos da tríplex contingência nos artigos da lei (Todorov et al., 2004a, 2004b)
 - ii) Buscar artigos que descrevam os outros termos da tríplex contingência (Todorov et al., 2004a, 2004b)
 - iii) Classificar as contingências como completas e incompletas (Todorov et al., 2004a, 2004b)
 - iv) Completar as contingências incompletas com artigos de leis correlatos (Carvalho, 2013)
 - b) Análise de metacontingências
 - i) Identificar as metacontingências previstas na lei (Todorov et al., 2004a, 2004b)
 - ii) Descrever produtos agregados a partir da metacontingência principal (Carvalho, 2013)
 - iii) Definir os produtos agregados de cada metacontingência em produtos agregados primários, secundários, terciários..., a partir da identificação do encadeamento entre eles (Carvalho, 2013)

A proposta para análise do processo de tramitação de uma lei foi adaptada por Cabral (2014) da proposta original e envolve as seguintes etapas:

- 1) Identificar todas as versões de uma proposição, incluindo o projeto inicial, pareceres, emendas apresentadas e texto final, para leitura em ordem cronológica.
 - a) Análise de contingências
 - i) Identificar comportamentos nos artigos da proposição
 - ii) Buscar antecedentes e consequentes em outros artigos que completem a tríplex contingência
 - iii) Identificar os atores participantes em cada contingência encontrada
 - b) Análise de metacontingências
 - i) Identificar as contingências comportamentais entrelaçadas e os produtos agregados envolvidos em cada etapa do processo

- ii) Classificar as metacontingências em: a) geral, que inclui o processo legislativo, desde a apresentação do projeto de lei à sanção presidencial, cujo produto agregado é a lei; b) original, que inclui o processo de elaboração do projeto de lei, cujo produto agregado é o projeto de lei; e, c) processual, que abrange uma etapa do processo legislativo, cujo produto agregado pode ser uma emenda ou o texto final encaminhado à sanção presidencial.

Esta proposta metodológica de análise de leis foi utilizada em outros estudos de Todorov e colaboradores descritos nas tabelas 1 e 2, bem como por outros pesquisadores na análise de diferentes instrumentos legais. Dentre os instrumentos analisados por outros pesquisadores estão: Código Penal (Araújo et al., 2016); Estatuto da Pessoa com Deficiência (Cabral, 2007); Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha (Cabral, 2011); Programa Bolsa Família (Fava & Vasconcelos, 2017); Lei 12.608/12 de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Kill, 2016); Lei 8.080 - Lei Orgânica da Saúde (Martins, 2009); Leis relativas à família no Brasil - Código Civil e Constituição Federal (Naves, 2013); Resolução 2002/2012 de Justiça Restaurativa (Silva, 2016); e Lei 12.318 de Alienação Parental (Valderlon et al., 2021).

Considerações finais

O presente artigo resumiu as contribuições de Todorov relativas à análise de leis como instrumentos de controle do comportamento. O escopo de sua contribuição nesse campo temático pode ser observado em diferentes níveis: interpretativo, metodológico e aplicado.

Os estudos interpretativos envolveram a análise sistemática de diversos instrumentos legais, com base em sua proposta metodológica (Todorov et al., 2004a, 2004b), dado que “uma maneira de ver como uma lei controla o comportamento é começar com a análise da lei como uma declaração escrita de contingências entrelaçadas que controlam o comportamento individual” (Todorov & Freitas Lemos, 2020, p. 179). Desse modo e, uma vez que “uma contingência incompleta abre a possibilidade de diferentes interpretações da lei, e às vezes abre a possibilidade de inação” (Todorov & Freitas Lemos, 2020, p. 179), análises desse tipo foram o ponto de partida para avaliar a eficácia de políticas já em curso (e.g., Machado, 2007; Machado & Todorov, 2008, 2017) bem como para a implementação de políticas públicas (Freitas Lemos, 2018; Freitas Lemos & Todorov, 2020).

Apesar da relevância e potencial explicativo e de aplicação dessas contribuições, só foram identificados outros estudos baseados na proposta de Todorov (1987; 2004a; 2004b) no âmbito da análise do comportamento e no Brasil. Aponta-se, contudo, que a aplicação da análise funcional de leis e normas infralegais é possível no âmbito dos três poderes em todos os níveis federativos e abre uma possibilidade de colaboração de analistas do comportamento – da divulgação para os agentes envolvidos, ao ensino ou à assessoria direta. No contexto do Poder Legislativo, o método pode ser aplicado por parlamentares e suas equipes durante a redação de projetos de lei e na apresentação de emendas, ou mesmo por atores externos que elaboram subsídios na tentativa de incidir no processo legislativo. Por exemplo, um projeto de lei que visa implementar um programa para aumentar a frequência de escolhas alimentares saudáveis por crianças, especificando como devem ser dispostos alimentos nas cantinas escolares e possíveis recompensas da escolha saudável, parece ter mais chance de sucesso do que se apenas as regras para disposição dos alimentos forem descritas. No âmbito do Poder Executivo, o método pode ser utilizado para identificar relações condicionais complementares que podem ser objeto de intervenção das políticas públicas, assim como os agentes competentes pela implementação de tais contingências (Bernardes et al., 2020; Ferreira et al., 2020; Freitas Lemos, 2018; Freitas Lemos & Todorov, 2020). No Poder Judiciário, a análise funcional de leis, pode ajudar na identificação de inconsistências entre o que está previsto na lei e a prática dos agentes aplicadores da lei (Pereira, 2006; Prudêncio, 2006).

Por fim, conclui-se que o método originalmente desenvolvido por Todorov, assim como a difusão dos estudos aqui descritos e apropriação dos mesmos por outras áreas de conhecimento pode contribuir para mudanças sociais em larga escala. Temos convicção de que o legado construído pelo professor Todorov continuará influenciando muitos outros analistas do comportamento que, assim como ele, buscam soluções comportamentais que beneficiem a sociedade como um todo.

Declaração de conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

Contribuição de cada autor

As autoras participaram igualmente das etapas de elaboração do presente artigo.

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



Referências

- Albuquerque, A.R., Houmanfar, R.A., Freitas Lemos, R., & Vasconcelos, L. A. (2021). Behavior Analysis of Culture in Brazilian Psychology Graduate Programs: A Literature Review. *Behavior and Social Issues*. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00056-0>
- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento [Behavior and culture: The behavior analytic perspective]. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(2), 203– 217. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v2i2.69>
- Araujo, V. M., de Melo, C. M., & Haydu, V. B. (2016). Código penal Brasileiro como descrição de prática cultural: Uma análise comportamental de contingências e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 147-156. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v11i2.1943>
- Bernardes, I. R., dos Santos Ferreira, V., Freitas Lemos, R. F., & Todorov, J. C. (2020). Identificação de relações condicionais complementares nos Programas de Capacitação Profissional como estratégia para aumentar a frequência escolar de adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em J. C. Todorov (Org.), *Comportamento e Cultura: análise de interações* (pp. 105-119). Technopolitik.
- Cabral, C. Z. (2007). *Descrição e análise das contingências presentes na proposta de estatuto da pessoa com deficiência* [Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista]. <http://hdl.handle.net/11449/97460>
- Cabral, M. D. C. (2011). *Contingências e metacontingências na Lei Maria da Penha* [Monografia de conclusão de curso, Universidade Católica de Brasília]. Repositório Institucional UCB. <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/10869/4748>
- Cabral, M. D. C. (2014). *Contingências e metacontingências envolvidas no processo legislativo da Lei 12.433, de 29 de junho de 2011* [Dissertação de Mestrado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18607>
- Cabral, M. D. C., & Todorov, J. C. (2016). Contingências e metacontingências no processo legislativo da lei sobre a remição da pena pelo estudo. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2). <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v11i2.4013>
- Cabral, M. D. C. & Todorov, J. C. (2020). Contingências e metacontingências no processo legislativo da lei sobre a remição da pena pelo estudo. Em J. C. Todorov (Org.), *Comportamento e cultura: Análise de interações* (pp. 120-139). Technopolitik.
- Carvalho, I. C. V. (2013). *Contingências e metacontingências na lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB* [Dissertação de Mestrado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15442>
- Carvalho, I. C. V., & Todorov, J. C. (2017). Metacontingências e produtos agregados na lei de diretrizes e bases da educação: primeiro o objetivo, depois como chegar lá. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2). <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v12i2.4400>
- Carvalho, I. C. V.; & Todorov, J. C. (2020). Metacontingências e produtos agregados na lei de diretrizes e bases da educação: Primeiro o objetivo, depois como chegar lá (pp. 161-184). In J. C. Todorov (Org.), *Comportamento e cultura: Análise de interações*. Technopolitik.
- Casalecchi, J.; Tomm, T. M.; & Todorov, J. C. (2020). Metacontingências e a análise comportamental da Lei Maria da Penha (pp. 140-160). In J. C. Todorov (Org.), *Comportamento e cultura: Análise de interações*. Technopolitik.
- Fava, V. M. D., & Vasconcelos, L. A. (2017). Behavior of Programa Bolsa Família beneficiaries: a behavior analytic perspective on fulfillment of education and health conditionalities. *Behavior and Social Issues*, 26, 156-171. <http://dx.doi.org/10.5210/bsi.v26i0.7825>

- Ferreira, V. S., Todorov, J. C., Lemos, R. F., & Bernardes, I. R. (2020). A identificação de programas esportivos governamentais como ferramenta para aumentar a frequência escolar de jovens (pp. 90-104). In J. C. Todorov (Org.), *Comportamento e cultura: Análise de interações*. Technopolitik.
- Freitas Lemos, R. (2018). *A atuação do analista do comportamento em políticas públicas: Ação intersectorial em âmbito local para aumentar a frequência escolar de adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família* [Tese de Doutorado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32800>
- Freitas Lemos, R., Todorov, J.C. (2020). Promoting Intersectoral Action to Address Chronic Poverty and Social Exclusion. *Behavior and Social Issues*, 29, 35–51. <https://doi.org/10.1007/s42822-020-00029-9>
- Glenn, S.S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behaviorists for Social Action Journal*, 5, 2–8. <https://doi.org/10.1007/BF03406059>
- Glenn, S. S., Malott, M. E., Andery, M.A.P.A., Benvenuti, M., Hومانfar, R.A., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E.Z., & Vasconcelos, L. A. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11–27. <https://doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634>
- Kill, R. F. (2016). *Análise de metacontingências da Lei 12.608/12 que define a política nacional de Proteção e Defesa Civil* [Dissertação de Mestrado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21538>
- Machado, V. J. S. (2007). *O comportamento do brasileiro na faixa de pedestre: Exemplo de uma intervenção cultural* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3512>
- Machado, V. J. S., & Todorov, J. C. (2008). A travessia na faixa de pedestre em Brasília (DF/Brasil): Exemplo de uma intervenção cultural. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4(2), 191-204. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v4i2.850>.
- Machado, V. L. S., & Todorov, J. C. (2017). Crossing the crosswalk: How to make a city walk the line. *Behavior and Social Issues*, 26(1), 200-203. <https://doi.org/10.5210/bsi.v26i0.7933>
- Martins, A. L. D. A. (2009). *O Sistema Único de Saúde: Contingências e metacontingências nas Leis orgânicas da saúde* [Dissertação de Mestrado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. https://repositorio.unb.br/handle/10482/7749?locale=pt_BR
- Naves, A. R. C. X. (2013). *Relações entre a mídia e Leis nas mudanças da família brasileira: Uma análise comportamental da evolução de práticas culturais* [Tese de Doutorado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/859?offset=20>
- Oliveira, J. M. (2018). *O estabelecimento de práticas culturais através de políticas públicas: Análise de programas de pagamentos por serviços ambientais e suas regulamentações* [Tese de Doutorado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/32270/1/2018_JonathanMelodeOliveira.pdf
- Pereira, G. C. C. (2006). *Metacontingência e o estatuto da criança e do adolescente: Uma análise da correspondência entre a lei e os comportamentos dos aplicadores do direito e executores da lei* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília].
- Prudêncio, M. R. A. (2006). *Leis e metacontingências: Análise do controle do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre práticas jurídicas em processo de infração de adolescentes no Distrito Federal* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9229>
- Silva, A. V. (2008). *Evolução de práticas culturais: A análise de uma organização autogestionável* [Tese de Doutorado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1336/1/2008_AndreVasconcelosSilva.pdf
- Silva, L. F. (2016). *Contribuições da análise do comportamento para práticas de justiça restaurativa* [Dissertação de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina]. <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2017/01/Contribui%C3%A7%C3%B5es-da-an%C3%A1lise-do-comportamento-para-pr%C3%A1ticas-de-justi%C3%A7a-restaurativa.pdf>
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. McMillan.
- Skinner, B. F. (1961). *Cumulative record: A selection of papers*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Vintage.

- Todorov, J. C. (1985). O conceito de contingência tríplice na análise do comportamento humano. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 75-88.
- Todorov, J. C. (1987). A constituição como metacontingência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7, 9-13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931987000100003>
- Todorov, J. C. (2005). Laws and the complex control of behavior. *Behavior & Social Issues*, 14(2).
- Todorov, J. C. (2007). A Psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 57-61. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000500011>
- Todorov, J. C. (2012). Contingências de seleção cultural. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 8(2), 95-105. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v8i2.1315>
- Todorov, J. C. (2019). O que é metacontingência e por que é (des)necessária? [What is metacontingency and why is it (un)necessary?] *Blog Boletim Contexto*. <https://bit.ly/2XAU6G>
- Todorov, J. C., Baia, F. H., Freitas Lemos, R., Borba, A., Melo, C. M., & Sampaio, A. A. S. (2021). A Brief History of the Behavioral Analysis of Culture in Brazil. *Behavior and Social Issues*. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00065-z>
- Todorov, J. C., Casalecchi, J. G. S., Tomm, T. M., & de Albuquerque, A. R. (2021). Contingências descritas na Lei Maria da Penha: Objetivos, papel da família e sociedade. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(1). <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i1.10636>
- Todorov, J. C. & Freitas Lemos, R. (2020). Applying Behavioral Science to Large-Scale Social Changes (pp. 171-193). In T. M. Cihon, M. A. Mattaini (Eds.), *Behavior Science Perspectives on Culture and Community, Behavior Analysis: Theory, Research, and Practice*. Association for Behavior Analysis International. https://doi.org/10.1007/978-3-030-45421-0_8
- Todorov, J. C., Moreira, M. Prudêncio, M. R., & Pereira, G. C. C. (2004a). Um estudo de contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. In M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. Silva, S. M. Oliane (Eds.). *Sobre comportamento e cognição: Contingências e metacontingências, contextos sócio-verbais e o comportamento do terapeuta*. (pp.44-51). ESETec.
- Todorov, J. C., Moreira, M. Prudêncio, M. R., & Pereira, G. C. C. (2004b). Um estudo de contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. In J. C. Todorov, R. C. Martone, & M. B. Moreira (Eds.), *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade* (pp. 45-53). ESETec.
- Valderlon, Y., Borba, P. M., Queiroz, I. G., Tatmatsu, D. I. B., & Elias, L. R. (2021). Análise de contingências e metacontingências da Lei de Alienação Parental 12.318/2010. *Acta Comportamental*, 29(2), 159-176

Artigo convidado
Submetido em: 02/11/2021